



Universidade do Minho

UNIVERSIDADE DO MINHO
Centro de Física (CFUM)

EDITAL PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE INVESTIGAÇÃO PARA DOUTORAMENTO
Referência 15/ECUM/CFUM/2024-RESTART

Encontra-se aberto o concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação para Doutoramento, no âmbito do projeto **2023.00047.RESTART** - “**Development and application of new fenestrated scleral contact medical devices for visual correction to increase tear exchange and for in situ intraocular pressure measurement**”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), nas seguintes condições:

1. Área Científica: Optometria e Ciências da Visão

2. Destinatários: A bolsa de investigação (BI) destina-se à realização de atividades de I&D por estudantes inscritos no Plano Doutoral em Optometria e Ciências da Visão. Requisito para concessão da bolsa:

- Sejam titulares do grau de mestre na área científica de Optometria e Ciências da Visão e se encontrem a frequentar o Plano Doutoral Optometria e Ciências da Visão que constitui o requisito mínimo de admissão;
- Os candidatos poderão concorrer sem inscrição prévia no curso para o qual é aberto a bolsa. O requisito de inscrição em curso conferente de grau será verificado à data da contratualização da bolsa;
- Apenas serão contratualizadas as bolsas cujos candidatos selecionados apresentem comprovativo válido de inscrição no curso conferente de grau, conforme tipologia de bolsa a concurso, emitido pelos serviços académicos da Instituição de Ensino Superior, respetivamente com a indicação do ano letivo em curso ou da sua duração (início e termo).

3.Requisitos importantes:

- Possuam experiência na adaptação e avaliação clínica de lentes de contacto esclerais;
- Possuam experiência em recolha de dados de parâmetros da visão nomeadamente, topografia corneal, tomografia de coerência ótica, avaliação refrativa e de saúde ocular, incluindo pressão intraocular;
- Análise da qualidade da visão com métodos objetivos, subjetivos e psicofísicos;
- Razoável domínio da língua inglesa.

Requisitos preferenciais:

- Experiência com adaptação de lentes esclerais comprovada.

** Incluem-se as Unidades de I&D diferentes, ainda que sediadas na mesma Unidade Orgânica (UOEI) da UMinho (nº 4 e 5 do artigo 7º do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P em vigor)

***Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos e diplomas, ou do respetivo reconhecimento quando tenham sido atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, quando aplicável para a tipologia de bolsa a concurso, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, ocorrendo a verificação dessa condição apenas em fase de contratualização da bolsa. Esta declaração deverá atestar factos ocorridos em data anterior à candidatura. Nas situações de divergência entre a informação constante da declaração e a documentação entregue para efeitos de contratualização de bolsa, apenas será considerada a informação constante nesta última. Caso se verifique que os documentos comprovativos da titularidade do grau académico e diploma, ou do respetivo reconhecimento nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, não correspondam às classificações atribuídas na avaliação do percurso académico e possam, conseqüentemente, alterar a seriação do candidato, não será efetivada a contratualização da bolsa.

4. Elegibilidade dos candidatos: Os candidatos deverão reunir as condições de elegibilidade previstas no artigo 9º do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P (2019).

5. Plano de trabalhos:

As lentes esclerais têm sido cada vez mais adaptadas a nível mundial para melhoria da qualidade visual de pacientes com irregularidades corneais e do conforto em pacientes com doenças da superfície ocular. Embora os seus benefícios clínicos sejam indiscutíveis, alguns autores levantaram a hipótese de que o uso de lentes esclerais pode aumentar a pressão intraocular. No entanto, a falta de metodologias para a sua medição com a lente no olho leva a muitas discrepâncias entre os estudos.

Neste trabalho de investigação, pretende-se que o bolsheiro desenvolva trabalho na área da avaliação da pressão intraocular durante o uso de lentes esclerais. Concretamente, pretende-se que o bolsheiro elabore: trabalho de revisão de literatura científica na área; elaboração de fenestraçãoes em lentes esclerais, de modo a descobrir a melhor combinação de número e tamanho das fenestraçãoes que permita maximizar conforto e oxigenação corneal, ao mesmo tempo que permita a medição da pressão intraocular com a lente *in situ*; medição da pressão intraocular com diferentes métodos; medição e análise de parâmetros biométricos oculares. O objetivo final será elaborar um protótipo que permita a medida da pressão intraocular com lente escleral colocada e aplica-lo num estudo piloto. O(A) candidato(a) deverá elaborar relatórios e colaborar em atividades de divulgação científica, nomeadamente uma eventual comunicação e/ou publicação de resultados.

6. Legislação e regulamentação aplicável: Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado pela Lei nº 40/2004 de 18 de agosto, na redação atual publicada pelo Decreto-Lei nº 123/2019 de 28 de agosto; Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - em vigor.

7. Unidade de acolhimento e orientação científica: O trabalho será desenvolvido no Centro de Física da Universidade do Minho, localizado no Campus de Gualtar, Braga, sob a orientação científica de **Rute Juliana Ferreira Macedo de Araújo, Investigadora do Centro de Física.**

8. Duração da bolsa: A bolsa terá início após a aceitação e assinatura do contrato do candidato selecionado, com data de prevista para junho de 2024. A **bolsa tem a duração de 12 meses**, não renovável.

9. Valor do subsídio de manutenção mensal: O montante da bolsa corresponde a **1.259,64 euros**, conforme tabela de valores das bolsas da FCT, I.P. no País (Anexo I – Tabela de subsídios mensais de

manutenção do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P). e Anexo II do Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021, conforme regulamento aplicável. O pagamento é efetuado até ao dia 23 de cada mês, através de transferência para o NIB do bolseiro indicado no processo de contratualização.

10. Outros benefícios: Reembolso do Seguro Social Voluntário, correspondente ao 1º Escalão da base de incidência contributiva e Seguro de Acidentes Pessoais.

11. Regime de exclusividade: O desempenho de funções a título de bolseiro é exercido em regime de exclusividade, nos termos previstos no artigo 5.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação e regulamentos de bolsas de investigação aplicáveis.

12. Composição do Júri de Seleção:

Presidente: Doutora Rute Juliana Ferreira Macedo de Araújo, Investigadora do Centro de Física da Escola de Ciências da Universidade do Minho.

Vogais efetivos:

Doutor Paulo Rodrigues Botelho Fernandes, Professor Auxiliar no Departamento de Física da Escola de Ciências da Universidade do Minho

Doutor António Manuel Marques Queirós Pereira, Professor Associado com Agregação do Departamento de Física da Escola de Ciências da Universidade do Minho

Vogais Suplentes:

Doutor Jorge Manuel Martins Jorge, Professor Associado do Departamento de Física da Escola de Ciências da Universidade do Minho

Doutora Maria Madalena da Cunha Faria Lira, Professora Associada do Departamento de Física da Escola de Ciências da Universidade do Minho

Em caso de impedimento do Presidente do Júri, este far-se-á substituir pelo primeiro vogal efetivo, sendo nomeado o vogal suplente para substituição do vogal efetivo. O Júri, incluindo o Presidente, assume o compromisso de respeitar um conjunto de responsabilidades essenciais ao processo de avaliação, como os deveres de imparcialidade, de declaração de eventuais situações de conflito de interesses e confidencialidade.

13. Critérios e procedimentos de avaliação e seleção: A avaliação das candidaturas incidirá sobre o Mérito do candidato (MC), valorados numa escala de 1 a 5 valores:

13.1. Mérito do Candidato -MC (100%):

A.1: Percurso académico (considerando as classificações dos graus académicos), com uma ponderação de 60%;

A.2: Currículo pessoal (considerando a formação profissional e científica), com a ponderação de 30%;

A.3: Carta de motivação e/ou carta de recomendação, com a ponderação de 10%.

A classificação do Mérito do candidato (MC) será obtida pela aplicação da fórmula:

$$MC = (A1 \times 0,6) + (A2 \times 0,3) + (A3 \times 0,1)$$

Os candidatos que não atinjam a pontuação mínima de 3 no Mérito do Candidato (MC) serão excluídos do concurso.

A classificação final (CF) é igual à classificação obtida no Mérito do Candidato (MC):

$$CF = MC$$

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos e diplomas, ou do respetivo reconhecimento quando tenham sido atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, ocorrendo a verificação dessa condição apenas em fase de contratualização da bolsa. Esta declaração deverá atestar factos ocorridos em data anterior à candidatura. Nas situações de divergência entre a informação constante da declaração e a documentação entregue para efeitos de contratualização de bolsa, apenas será considerada a informação constante nesta última. Caso se verifique que os documentos comprovativos da titularidade do grau académico e diploma, ou do respetivo reconhecimento nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, não correspondam às classificações atribuídas na avaliação do percurso académico e possam, conseqüentemente, alterar a seriação do candidato, não será efetivada a contratualização da bolsa.

14. Divulgação dos resultados: O projeto de resultados da avaliação, fundamentado em ata, será remetido aos candidatos através de correio eletrónico, até 90 dias úteis após a data limite de submissão de candidaturas. Caso o resultado seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia aos interessados, nos termos do artigo 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (DL nº 4/2015 de 7 de janeiro).

15. Procedimentos de reclamação e recurso: Os resultados finais da avaliação serão publicitados através de lista ordenada afixada em local visível e público da Unidade de acolhimento, bem como através de correio eletrónico a todos os candidatos, anexando-se, para o efeito, as atas com as deliberações do júri. O candidato selecionado deverá manifestar por escrito a intenção de aceitação da bolsa. Em caso de não aceitação, a bolsa será atribuída ao candidato por ordem de seriação final. Da decisão final pode ser interposta reclamação, no prazo de 10 dias úteis, dirigida ao Presidente do Júri. Os interessados poderão ainda apresentar recurso hierárquico facultativo, dirigido à Sra. Pró-Reitora para Projetos Científicos e Gestão da Investigação, Professora Doutora Sandra Paiva.

16. Constituição de lista de reserva de seleção: Os candidatos seriados nas posições seguintes da lista de ordenação final do concurso são integrados em lista de reserva de seleção, que poderá ser utilizada até 31-12-2024.

17. Prazo de candidatura e forma de apresentação das candidaturas: O concurso encontra-se aberto pelo período de 10 dias úteis a contar da data de publicação no portal Euraxess.

As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, através do envio de carta de candidatura acompanhada dos seguintes documentos: *curriculum vitae*; *certificado de habilitações ou declaração do candidato (se aplicável)*; *carta de motivação*; *duas cartas de recomendação*; *outros documentos considerados relevantes à apreciação do percurso científico e profissional*. As candidaturas deverão ser remetidas por correio eletrónico para **bolsas@ecum.uminho.pt** indicando a referência do concurso **15/ECUM/CFUM/2024-RESTART**, em Assunto. Não serão admitidas candidaturas enviadas por outras vias.

18. Contratualização da bolsa: A concessão da bolsa concretiza-se mediante a assinatura de um contrato entre a Universidade do Minho e o bolseiro, de acordo com minuta de contrato (anexo IV do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021) na sua versão atualizada de acordo com o ponto 2.4 das “[Normas para Atribuição e Gestão de Bolsas no âmbito de Projetos de I&D, incluindo projetos de infraestruturas, do programa de financiamento plurianual d unidades de I&D e de outros instrumentos de financiamento da FCT \(Versão 2021\)](#)”. O contrato só pode ser celebrado após a receção de toda a documentação exigível consoante o tipo de bolsa, que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias. Depois de recebida toda a documentação, a entidade contratante tem um prazo de 60 dias úteis para celebrar o contrato de bolsa. Uma vez recebido pelo bolseiro, este deve devolver o contrato devidamente assinado no prazo de 15 dias úteis. Os contratos de bolsa apenas podem ter início após devida autorização da entidade contratante.

19. Termo e cancelamento dos contratos de bolsas: Sem prejuízo das demais causas previstas nos regulamentos de bolsas aplicáveis (FCT e UMinho) e no Estatuto do Bolseiro de Investigação, a bolsa cessa com a conclusão do plano de trabalhos contratualizado, bem como com o termo do prazo pelo qual foi concedida ou renovada. No termo da bolsa, o bolseiro tem obrigação de apresentar o Relatório Final dos trabalhos realizados, de acordo com os objetivos e critérios de avaliação definidos com o orientador científico, no prazo de 30 dias após o termo da bolsa. O relatório final deverá ser elaborado de acordo com o anexo I do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021.